

AS MOVIMENTAÇÕES POR ESCOLA E SAÚDE: O CONCEITO DE ATIVIDADE COMO OPERADOR DE ANÁLISE

BARROS, Maria Elizabeth Barros de. – UFES – betebarros@uol.com.br

HECKERT, Ana Lúcia Coelho – UFES – aheckert@uol.com.br

GT 3: Movimentos Sociais e educação

O debate que propomos parte de duas experiências desenvolvidas por pesquisadores de uma Universidade Pública e falam de trabalhos que têm como preocupação a análise dos modos de subjetivação e de produção de saúde/doença em curso na atualidade. Análises que têm como fio condutor as movimentações cotidianas dos humanos para construir uma vida digna de ser vivida.

Perseguindo esse objetivo trazemos o conceito de **atividade** como operador privilegiado para nossas análises. Consideramos que a escolha de um conceito não é indiferente, pois são operadores de realidade, ferramentas com força crítica que produzem crise, desestabilizam (BENEVIDES; PASSOS, 2000). Com Deleuze (1992) diríamos que são intercessores, quando podem produzir esse efeito de desestabilização. Os intercessores interessam-nos pelos movimentos que produzem, pelo que se dá “entre”, (“entre trabalhadores”, “entre disciplinas”, “entre pesquisas”, “entre pesquisadores”) pelo que está em curso. Um conceito como intercessor opera pelo entrecruzamento de diferentes domínios de saber, e só pode ser pensado na relação de interferência que produz entre esses domínios. Um conceito-intercessor produz contágio, é relação de perturbação, cruzamento que desestabiliza e faz diferir.

O QUE PODE UMA PESQUISA?¹

O que se passa no âmbito da academia quando se depara com os desafios colocados pelos atuais modos de funcionamento do capital? Como construir estratégias metodológicas que nos façam conhecer mais de perto o que é vivido nos ambientes de trabalho/vida hoje e avaliar como esses novos desafios têm sido enfrentados no cotidiano? Formular essas questões não significa, para nós, buscar a resposta certa ou

¹Estamos partindo da questão proposta por Spinoza (1965) quando nos provoca com a questão: o que pode um corpo? Esse questionamento nos faz interrogar acerca das forças de naturalização que podem nos fazer sucumbir ao “deve ser assim”, nos provocando a pensar o que temos feito como pesquisadores.

adequada na condução das nossas pesquisas, mas nos forçar a pensar a potência disruptora dos modos instituídos de funcionamento social nos diferentes âmbitos.

Nas pesquisas efetivadas temos nos deparado com diferentes espaços/tempo onde existe um mundo em constante produção, um mundo de problemas, de conceitos, de tentativas práticas. Nesses espaços/tempo, novos possíveis são engendrados e é isso o que priorizamos nos nossos projetos: criar/ativar esses possíveis, acreditando que grande parte do sofrimento, como do potencial de revolta contra o que está instituído e a criação de outras formas de trabalhar/viver, vem desses possíveis. Esse potencial existe e ele constitui o real, está no saber da experiência, “[...] não é uma invenção de pesquisador otimista” (ZARIFIAN, 1995, p. 59).

Nosso ponto de vista é produzido no diálogo com vários interlocutores que partilham de uma perspectiva ético-política acerca da produção do conhecimento. Essa perspectiva afirma a vida na sua potência de diferenciação, nas suas modulações, na sua polaridade, lutando contra as diferentes formas de captura colocadas em funcionamento por modelos padronizados de ser e de estar no mundo. Esses diálogos, portanto, estão pautados numa perspectiva que sustenta a compreensão partilhada do sentido da transformação das formas sociais instituídas.

A ação dos humanos nos seus diferentes ambientes de trabalho/vida mostra que mesmo pautados por formas de gestão autoritárias, a resistência não consiste, apenas, em reagir, mas em afirmar a potência da ação dos humanos no mundo. Nessa direção buscamos o conhecimento do cotidiano dos/as trabalhadores/as que não desistem de lutar pela transformação das situações de trabalho/vida que tentam constranger sua potência normativa como vivente humano que não produz isoladamente sua existência e, sim, numa tessitura movente de múltiplas conexões em que se efetiva a produção da vida material (NEVES, 2002). Não levar em consideração as movimentações cotidianas que emergem no cotidiano praticado pelos humanos pode ter como efeito a negação da experimentação que se constitui nesse processo, bem como a desqualificação desses movimentos como importantes formas de indagar e desmontar os modos de vida instituídos.

Portanto, perseguimos a exploração da abertura dessa processualidade em meio às regulações e às regras sociais instituídas, o que supõe a demarcação de uma orientação de pesquisa que não se limita a descrever a realidade, ou fornecer um quadro exaustivo sobre as situações vividas e, sim, “[...] identificar os pontos de tensão, os nós onde as relações contraditórias se efetivam” (ZARIFIAN, 1995, p. 28).

O que nos interessa na pesquisa é sua contribuição para a transformação da sociedade, no sentido emancipador desta transformação (ZARIFIAN, 1995). O movimento do real é indicador dessa transformação, dessas modalidades de relações que não só prefiguram, mas configuram uma sociedade alternativa: “Não se trata de pensar uma sociedade futura, sobre o modo de utopia, nem mesmo da revolta, mas de pensar o que é a sociedade na sociedade, o que é não da ordem do futuro, mas da construção. Trata-se de levar a sério a idéia de Marx segundo a qual a transformação social reside no movimento do real” (ZARIFIAN, 1995, p. 30)

Com esse objetivo, as referências conceituais e metodológicas oferecidas pela Ergologia vêm sustentando nossas investigações, em especial, o conceito de atividade humana, que é da ordem da construção do real; pois essa é nossa maior preocupação: como construir uma pesquisa que seja algo além de uma simples representação do real, ou como cópia mal-feita de um mundo incompreensível? O que pode tal pesquisa?

A ATIVIDADE COMO OPERADOR CONCEITUAL

Nossa proposta/aposta é que para se conhecer a complexidade da vida é preciso considerar que a mesma é forjada no seio de uma rede heterogênea, onde se processam transformações que constituem sujeitos e mundos. Tal direcionamento do olhar implica fazer, de imediato, uma torção nas abordagens que focalizam o “sujeito humano”, “o trabalhador”, o movimento social, as lutas sociais e buscar os processos em curso, tomados como efeito concreto de um modo de produzir, distribuir e consumir os meios de vida num dado momento histórico.

É nessa direção que a abordagem ergológica pode ser um importante intercessor para nossos modos de pesquisar a atividade humana, uma vez que a Ergologia entende que a atividade não se reduz às “[...] instruções, procedimentos e modos operatórios, mas é, também, ‘retratamento’ à prova da experiência dos ‘valores vindos de fora’. A atividade industrial é sempre destino a viver, engaja pessoas” (SCHWARTZ, 2000, p. 715). A análise da atividade humana significa apreender as comunicações e cooperações que se efetivam no cotidiano do trabalho/vida para regulação de incidentes prováveis ou imprevistos.

Nesse sentido, a Ergologia não é uma nova disciplina, mas, uma “indisciplina” do pensamento (Schwartz), um conjunto de diretrizes para a produção de conhecimento sobre atividade humana. Não é domínio privado de nenhuma disciplina e pode ser um

operador de transdisciplinaridade,² que é a direção ético-política-metodológica que temos imprimido nos nossos estudos.

Conforme Schwartz (2000, p. 294), o conceito de atividade é abundante na linguagem e textos dos pesquisadores da análise do trabalho sob suas formas atuais. Estudar o ponto de vista da atividade, nos remeteria à “[...] esfera das múltiplas microgestões inteligentes da situação, tratamento das variabilidades, hierarquização dos gestos e dos atos, construções de trocas com a vizinhança humana, num vaivém constante entre os horizontes mais próximos e os horizontes mais afastados do ato de trabalho estudado”.

O QUE ESTAMOS CONSIDERANDO A ATIVIDADE HUMANA NAS NOSSAS PESQUISAS?

Numa primeira aproximação, diríamos que a atividade se opõe á inércia, é o conjunto dos fenômenos que caracterizam o ser vivo (CANGUILHEM, 2000; SCHWARTZ, 1992). A atividade aparece, nesses autores, como resistência a toda situação de heterodeterminação das normas industriais.

De acordo com Schwartz (1992, p. 39), não há descontinuidade entre as diversas ações humanas, ou seja, entre trabalhos domésticos, atividades lúdicas, esportivas e trabalho economicamente caracterizado.. Essas diferentes formas de atividade implicam “[...] uma negociação problemática entre normas antecedentes e as normas de sujeitos singulares, sempre a serem redefinidas aqui e agora”.

A análise da atividade nesse sentido mais amplo se interessa por todos os “usos de si”, incluindo os aspectos sociais, temporais, institucionais, pois o propósito é “Mostrar lugares escondidos, lógicas internas que não aparecem, filiações e rupturas históricas nos sistemas conceituais e remetê-los eventualmente a complexos de valores e de escolhas [...]” (SCHWARTZ, 2000, p. 147).

Utilizar a atividade humana como eixo de análise significa, assim, afirmar a impossibilidade de execução mecânica de normas e prescrições por parte dos seres humanos. Desde que se trate da vida e das atividades humanas, que integram o projeto do conhecimento, valores saberes e atividades se mesclam num processo incessante.

Schwartz (1992) considera, assim que, trabalhar como viver é, de certa forma, avaliar permanentemente. Frente aos diversos problemas colocados nos múltiplos

²A perspectiva transdisciplinar que adotamos implica romper com as diferentes dicotomias, constituir planos de análise, privilegiando-se a relação que constitui as disciplinas. Não se trata de articulação entre elas, pois, neste caso, estamos falando de interdisciplinaridade, que mantém a idéia de disciplinas independentes em contato umas com as outras. A transdisciplinaridade refere-se a um processo que não busca a estabilidade e, sim, interferência entre as disciplinas, intervenção que desestabiliza um determinado saber disciplinar visando-se a uma torção nos modos instituídos de funcionamento.

espaços/tempos os humanos podem produzir diversas soluções. As possibilidades e limites estão colocados pelas situações vividas em determinados momentos da história da civilização e de cultura. Entretanto, o que pode ser num momento obstáculo poderá ser posteriormente um meio de ação, pois, trata-se de um homem coletivo, que constrói-se a partir de suas possibilidades, de suas necessidades, de suas demandas, e ao que o ser humano representa como desejável, e isto não pode ser separado do conjunto de valores (CANGUILHEM, 1971). Trata-se de um homem coletivo que não é subjugado ou dominado de modo absoluto por possibilidades e necessidades, uma vez que as reinventa produzindo a si e o mundo.

A atividade de trabalho propõe, convoca, impõe escolhas e arbitragens, portanto, os humanos estão marcados por uma “[...] incapacidade de fazer de maneira exatamente igual os mesmos procedimentos” (MUNIZ; VIDAL; VIEIRA, 2004, p. 323). Partindo de Canguilhem (1971) e Schwartz (2000) a vida é entendida como atividade de oposição à inércia e à indiferença. Para os humanos, o mundo percebido é orientado por sua experiência e seus valores e marcado por um “olhar que questiona o mundo”, por uma capacidade de explorar ativamente o espaço, em função dos projetos do sujeito (CANGUILHEM, 1971; SCHWARTZ, 2000).³

Assim, a análise da atividade humana, se não quiser cair numa abstração deve interrogar-se sobre as dimensões históricas e sociais que a configuram e a reconfiguram, tentando apreender a maneira como as formas específicas de atividade levam a ponderar, alterar, transformar em diferentes direções as ações. Segundo Schwartz (2000), não há interrogação antropológica sobre a questão que não seja, ao mesmo tempo, uma pesquisa sobre os processos históricos, entendidos como processo de diferenciação, de singularização.

Trabalhar com o conceito de atividade humana significa, assim, considerar essa dimensão da experiência ou singularidade, das renormatizações, a infiltração do histórico, dessa habilidade de lidar com o imprevisto das variabilidades do meio. Diz dos saberes do corpo, de um “corpo si” que se constrói ao fabricar o meio, da imersão na experiência, na vivência concreta das situações. Podemos afirmar que a atividade humana tem características de transversalidade e de circulação e está articulada com o

³Mesmo de uma perspectiva das neurociências, afirma-se que o “[...] cérebro não é uma máquina reativa, é uma máquina pro ativa que projeta sobre o mundo suas interrogações” (BERTHOZ, 1997 apud SCHWARTZ, 2000, p. 643). O cérebro seria um centro permanente de reconfiguração das condições do exercício das faculdades vitais, ele tem necessidade de criar. Alain Berhoz (apud SCHWARTZ, 2000), considera que o ato perceptivo não pode ser reduzido aos cinco sentidos, é necessário articular sobre esses o sentido do esforço, do “si”, centro de decisão, de iniciativa e de responsabilidade.

sentido que os humanos lhe atribuem. Implica dramáticas de usos de si por si e pelos outros, debate de valores e normas que são utilizados nas ações. A análise da atividade humana, nesse sentido mais amplo, se interessa por todos os “usos de si”, circunscritas pelos aspectos sociais/temporais/institucionais e apta a pensar as circulações e reinvestimentos entre estes.

AS LUTAS POR SAÚDE NAS ESCOLAS – O PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM SAÚDE, GÊNERO, ETNIA E TRABALHO NO MUNICÍPIO DA SERRA/ES

A pesquisa/intervenção desenvolvida com docentes do Município da Serra/ES foi disparada a partir dos resultados encontrados em um processo investigativo realizado no Município de Vitória/ES, que indicava um agravamento da situação da saúde dos professores desse município. Os resultados do processo investigativo em Vitória sinalizavam o descaso das políticas públicas no que se refere à atenção à saúde dos docentes e as condições precárias de trabalho nas escolas. Os professores estão imersos em um conflito cotidiano entre o que é exigido, o que desejam e o que realmente é possível fazer diante dos obstáculos, das condições e organização atual do trabalho na educação.

Entretanto, partimos da premissa que constatar o adoecimento instalado nos docentes parece bem mais simples que cartografar os movimentos de saúde, as lutas diárias empreendidas por esses trabalhadores. Não nos bastava afirmar a situação de nocividade. O desafio é contribuir para a transformação dessa realidade, uma vez que apostamos que o movimento do real indica esse processo de transformação que prefigura e configura formas de trabalhar na escola que favorecem as nascentes do devir.

Foi com esse desafio que elaboramos um Programa que tem se desenvolvido com o apoio da Secretaria Municipal de Educação da Serra/ES, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, e partiu da premissa de que a questão da saúde no trabalho não tem sido alvo das políticas públicas no campo da educação do Estado, tais questões vêm sendo muito pouco discutidas e não recebem o tratamento que a gravidade da situação nos indica.

O Programa de Formação em Saúde, Gênero, Etnia e Trabalho nas escolas tem por objetivo instituir um espaço de trocas e debates entre os pesquisadores da UFES e os profissionais da Educação, acerca das relações entre saúde e trabalho, problematizando esses conceitos a partir do cotidiano experimentado pelos professores e professoras. A

fim de que esses/as trabalhadores/as possam intervir de maneira continuada na difusão, prevenção e controle de riscos à saúde relacionados ao trabalho nas escolas, e produzir formas outras de relações que possibilitem a construção de modos diferentes de trabalho.

O referido programa propõe uma discussão ampliada entre os trabalhadores das escolas e a equipe de professores e alunos da universidade, onde todos são considerados pesquisadores e produtores de novas formas de pensar e agir no cotidiano dos ambientes laborais. Objetiva-se, assim, conhecer as estratégias já existentes, as atividades industriais em curso, que os trabalhadores/docentes das escolas públicas da Serra criam para se defender da nocividade do ambiente de trabalho e, ao mesmo tempo, fomentar novas práticas que viabilizem a produção de saúde e vida nas escolas.

Para a implementação do projeto utilizamos um método que consiste em criar grupos de trabalhadores que devem explicar a pesquisadores sua atividade, isto é, o que fazem no seu trabalho. Partimos da tese de que formar trabalhadores multiplicadores das ações no campo da saúde-trabalho não significa, simplesmente, instrumentalizá-los com metodologias inovadoras no campo da educação, mas, principalmente, investir na produção de subjetividades.⁴ O projeto privilegia a nucleação de trabalhadores, que falam das atividades desenvolvidas nas escolas, as dramáticas de usos de si (SCHWARTZ, 1992) e os debates de normas e valores que são referência para a construção do meio de trabalho nas escolas. Buscamos conhecer a “[...] sinergia das relações” (MUNIZ; VIDAL; VIEIRA, 2004, p. 324), a forma como lidam com os alunos, os colegas, a direção das escolas e com a secretaria de educação, atentos ao que é singular em cada situação. Avaliar esse processo implica, necessariamente, analisar a ressonância entre o que vamos chamar aqui, a partir do referencial da ergologia, de registro 1, que fala da formação dos profissionais, da realização de operações visando ao controle e variabilidade do meio. Com esse ingrediente, que são as normas antecedentes do trabalho em educação, tenta-se negar a infiltração do histórico, conter a variabilidade do meio e prever resultados a partir de determinada técnica. E o registro 2 abarca a dimensão da experiência ou da singularidade, as renormatizações com infiltração do histórico nos protocolos metodológicos da prática em educação, a habilidade em lidar com os imprevistos que emergem no cotidiano escolar. Dessa forma, partimos da atividade industriosa dos docentes da Serra, atentos aos movimentos

⁴O conceito de subjetividade utilizado nessa pesquisa não tem o sentido de identidade ou personalidade, refere-se a modos de existência produzidos historicamente.

que se operam nas escolas, para, juntos – profissionais e alunos da UFES e docentes da Secretaria Municipal de Educação da Serra - construir novas montagens nos/para os educadores, que possam se desdobrar em efeitos benéficos para a saúde desses profissionais. Tal metodologia tem se efetivado por meio das seguintes etapas:

Etapa 1: a) *Contato com a secretaria de educação da Serra, com o sindicato dos trabalhadores em educação e divulgação do curso de formação nas escolas.* A divulgação do projeto de formação foi intermediada pelo sindicato. A carga horária do Programa foi de 142 horas sendo assim distribuídas: 22 horas presenciais, 80 horas de trabalho de campo, 20 horas para as reuniões com a Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP)⁵ e 20 horas para a realização de um relatório sobre a experiência vivida. O Curso, primeira fase do programa, se constituiu de discussões sobre as temáticas: CAP, Saúde, Trabalho, Formação, Gênero e Etnia e no último encontro foi realizada a discussão e definição dos focos para o trabalho de campo, ou seja, um estudo do cotidiano do trabalho nas escolas, que foi realizado após o curso.

Etapa 2: a) *Início do curso e formação da comunidade ampliada de pesquisa.* Essa etapa envolveu a reunião/nucleação de trabalhadores em torno da problemática saúde-trabalho com vistas à condução das atividades de pesquisa. Trata-se da formação dos “Grupos Ampliados de Pesquisa”, a partir do paradigma do Modelo Operário Italiano.⁶ Esse processo se efetivou por meio de oficinas de produção de conhecimento e discussão dos temas relacionados na programação definida. Os grupos se reuniram em dois fins de semana para discussão de textos e intercâmbio de materiais com pesquisadores da Universidade, possibilitando outras análises e construção de novas práticas visando a transformação do trabalho nas escolas. As oficinas se efetivaram em três momentos: a exposição da temática prevista por um dos pesquisadores da

⁵Trata-se de uma estratégia metodológica que parte do princípio de que só podemos conhecer os mundos do trabalho a partir da troca de saberes entre os conceitos científicos e os saberes da experiência, o que se efetiva na construção de uma comunidade de trabalhadores que pesquisam seus locais de trabalho. Esse tema será explicitado de forma mais precisa na continuação do artigo.

⁶Nos anos 60 na Itália conviviam um contexto sócio-econômico de crescimento, pleno emprego e aumento da produção, baixos salários, aumento da desqualificação e desgaste psicofísico da mão de obra. As lutas informais foram retomadas nas fábricas e o movimento sindical, marcado por um crescimento, propunha um projeto de transformação da sociedade articulando luta operária com mudanças conduzidas por outros movimentos sociais organizados. Foi nesse cenário que se constituiu um grupo composto por operários, estudantes e cientistas que colocavam em questão os papéis tradicionais de todos esses atores, analisando a organização do trabalho e os problemas de nocividade da fábrica. Esse grupo deu início às Comunidades Ampliadas de Pesquisa que, através do confronto entre o conhecimento produzido por pesquisadores e trabalhadores, propunha uma nova concepção de pesquisa. Trata-se de uma forma original de pesquisa-ação em torno do tema das mudanças das condições de vida e trabalho que chamou de “pesquisa não ritual” porque alterava os métodos da pesquisa tradicional, uma vez que todos os atores se tornariam co-autores da pesquisa, portadores de saberes específicos e, no caso dos trabalhadores, de “saberes informais”, conforme denominavam a experiência.

Universidade, debates sobre a temática em pequenos grupos e um último momento onde eram socializados os debates desses grupos. Como resultado dessa primeira fase, os docentes apontaram como aspectos importantes a serem trabalhados na direção da promoção da saúde os que se seguem: construção de espaços de debates na escola, reformulação estatutária, modificação da relação das escolas com o Sindicato dos Professores, compartilhamento das questões do cotidiano de trabalho, cursos para capacitação do professorado, incluir o tema saúde nos debates nas escolas, construir um projeto político pedagógico como mecanismo importante para interferir na escola e produzir efeitos na saúde dos docentes, criar estratégias para dar visibilidade à força instituinte da atividade industriosa presente no ambiente de trabalho.

A partir do debate com os docentes, foi elaborado um relatório que o grupo da Universidade encaminhou para todas as escolas para que a experiência fosse compartilhada com os outros companheiros, visando a construir redes para intensificar o trabalho de análise e, assim, transformar dos modos de funcionamento instituídos, destacados nas rodas de discussão.

Etapa 3: a) *Retorno dos trabalhadores às escolas para estudo de campo: nas discussões na Comunidade Ampliada de Pesquisa* os docentes escolheram como foco, para ser explorado nos estudos de campo com os outros colegas das escolas, a sobrecarga de trabalho.⁷ Para cada grupo em campo foi constituída uma equipe de pesquisadores da Universidade que acompanhou o estudo, auxiliando os trabalhadores. Como estratégia de pesquisa os educadores utilizaram observações, entrevistas, leituras de documentos pertinentes, diário de observações de campo, entre outros. b) *Restituição das análises e discussão dos estudos realizados com a comunidade ampliada de pesquisa:* após os estudos de campo os educadores retornaram para os encontros com a comunidade ampliada a fim trazer subsídios para uma análise coletiva das situações de trabalho. No primeiro encontro da CAP, discutiu-se a experiência dos estudos de campo e buscou-se construir estratégias coletivas de monitoramento das condições de saúde e da organização do trabalho nas escolas. Os professores relataram diferentes estratégias para efetivar o trabalho de campo, o que muitas vezes implicou em construção de vias para driblar os modos autoritários de alguns diretores que tentaram inviabilizar o estudo. Nos últimos encontros de 2005, foi feita uma sistematização das ações já efetuadas, dos principais entraves e das propostas de ação para o próximo ano.

⁷Podemos definir sobrecarga como o trabalho que adocece, que paralisa e endurece as relações, o que implica considerar as particularidades das diferentes situações.

Etapa 4: a) *Elaboração do relatório:* os docentes apresentaram relatórios de suas pesquisas, que foram divulgados nas escolas nas quais os professores atuam. (c) *Seminário* com a presença de instituições governamentais – Secretaria de Educação - e o restante da rede municipal de ensino do município da Serra visando a uma socialização dos resultados obtidos até o momento e construção de mecanismos para uma melhor gestão da situação da rede educacional. As ressonâncias produzidas no compartilhamento da experiência nos ajudaram a definir os próximos passos do PFIST, tais como: um curso para os diretores das escolas sobre gestão participativa, instituição de um setor na Secretaria de Educação responsável pelas ações no campo da saúde dos docentes da rede e multiplicação do processo de formação para outros trabalhadores da educação, incluindo aqueles que trabalham na coordenação da Secretaria de Educação.

O QUE PODE ESSA PESQUISA?

Ao pensar estratégias metodológicas que nos levassem a uma maior aproximação com a atividade real dos trabalhadores, nos deparamos não com respostas, mas com inúmeras questões que se reportam às tramas da experiência cotidiana. Como pensar as intempestivas estratégias que inventamos no cotidiano para recriar o trabalho, e que resultam, muitas vezes, em sobrecarga e exaustão? Podemos falar de sobrecarga sem levar em conta as singularidades dos processos vividos? A cada questão, novas bifurcações surgem exigindo que a realidade se atualize sempre em outras novas questões, não em novas respostas que de pronto já existem. Pois de outra maneira, se partimos de conceitos “pré-moldados” e da frágil constatação de que existe a resposta em algum lugar, encontrá-la é um exercício que depende de um esforço individual. Pretendemos, antes de qualquer coisa, experimentar um trabalho que existe nas situações reais.

O trabalho não é uma categoria a priori, ele é um modo de produção/reprodução de alianças na sociedade ocidental, pois são partes infinitas do processo de criação: soluções provisórias e ativas pertencentes à tessitura do real.

Entendemos que há uma distância enorme entre aquilo que nos é pedido para fazer e aquilo que realmente fazemos cotidianamente nos locais de trabalho. Neste intervalo é que se fertiliza o processo criador, de ruptura e reinvenção das normas e regulações. Isso é produção da vida, estratégia viva contra as formas de adoecimento que tanto permeiam as relações de trabalho. O corpo constrói a si e ao mundo afirmando-se, evidenciando potência, mostrando o que pode. Como a CAP mostrou, não se trata de

negar as dificuldades antes de problematizá-las como parte da vida e convite às mais diversas produções de saúde.

AS LUTAS POR ESCOLAS – O MUNICÍPIO DE CARIACICA

A noção de atividade é por nós entendida como um conceito-ferramenta-intercessor, na medida em que enfatiza que o vivo está em embate permanente com a inércia. Ou seja, a atividade do humano expressa a impossibilidade de se subjugar de modo absoluto às prescrições, às normas heterônomas, aos modos verticalizados de gestão. Na vida cotidiana, as micro gestões estão mergulhadas em história (SCHWARTZ, 1992) e falam de usos inusitados que os humanos fabricam para lidar com imprevisibilidades. Acentuar o privilégio da atividade em detrimento à adaptação, nos possibilita compreender os usos que são feitos da escola e os movimentos engendrados para não só garantir o acesso a este espaço, mas para ocupá-lo enfrentando os processos de privatização da escola e da vida e o sucateamento da escola pública. Um outro aspecto a destacar em nossa opção por focalizar a atividade humana em curso nos movimentos sociais e na escola é que esta perspectiva nos permite perceber que a atividade combina repetição e criação; atendimento a normas prescritas e criação de outras regras e prescrições que se confrontam com a variabilidade inerente ao vivo. Essa mirada ético política tem como perspectiva confrontar-se a certos modos de compreensão da escola e dos movimentos sociais que ressaltam a impotência, a repetição, a adaptação e a docilização como processos predominantes na escola pública e nos movimentos sociais. A atividade em curso nas escolas e nas movimentações cotidianas enfrenta as políticas de sucateamento da escola e da vida, recusando uma escola piedosa, espécie de depósito de sobranter (CASTEL, 1997) e os prognósticos de fracasso das camadas populares na escola e na vida. Postulando o anacronismo da escola e a fragilidade dos movimentos sociais para enfrentar os desafios impostos pelo funcionamento do capitalismo na atualidade, as políticas de modernização conservadora indicavam como perspectiva a reforma da escola e a empreendedorismo dos movimentos sociais como saídas para integração ao capitalismo globalizado. Nesta cilada algumas análises críticas foram capturadas exatamente por partir das formas constituídas, não se atentando para a atividade em cena nas escolas e movimentos sociais.

Na discussão acerca das rupturas e das ações dos movimentos sociais pode-se perceber uma tendência em privilegiar programas, projetos e ações que já se institucionalizaram, buscando captar as transformações que provocam. Entretanto, mesmo concordando com

a importância deste eixo de análise, podemos apreender estes processos de ruptura focalizando movimentos, ações, práticas, lutas, muitas vezes não tematizadas, e que se situam nas fronteiras destas ações institucionalizadas.

É esse o eixo que tem percorrido nossas pesquisas, ou seja, buscamos captar a “atividade” que se processa no cotidiano escolar e nas movimentações da população por acesso a uma escola pública de qualidade. Tal eixo tem nos convocado a interrogar as linearidades das explicações deterministas, presas nas relações causa e efeito, como também as teleologias que postulam transformações a serem alcançadas num momento futuro, a partir de ações deliberadas previamente. Como os processos de mutação são diversos, eles precisam ser compreendidos na heterogênesse dos movimentos que o delineiam. Muitas de nossas matrizes conceituais partem de procedimentos conceituais e metodológicos que não consideram aqueles movimentos que desobedecem às prescrições e regulações do que vem a ser luta política e movimento organizado. Deste modo, acabam por julgá-los como tentativas incipientes que se perderiam, ou teriam pouca eficácia, por não estarem vinculados, necessariamente, às ações deliberadas e a uma forma de militância programática que deveria ser exercitada no partido político, nos sindicatos e nos movimentos sociais organizados. Embora as ações programáticas e deliberadas sejam da maior importância, como também ainda o é a militância no partido político, no sindicato e nos movimentos sociais organizados, parece que não podemos desprezar um olhar atento aos processos insurgentes que se fabricam em meio às margens dessas instâncias já formalizadas e constituídas. Muitas vezes estes processos são o alimento e condição de não burocratização das lutas sociais.

O fazer cotidiano nas escolas públicas, e em qualquer espaço de trabalho, é antes, e, sobretudo, invenção. Ao se depararem com o inusitado, a imprevisibilidade, que demarca a atividade de trabalho, os profissionais que atuam nas escolas criam formas de ação que desfazem as regras instituídas e forjam novos caminhos de ação.

Zarifian (2003, p. 8), percorrendo o eixo de análise que compreende a resistência como invenção de outros modos de existência aponta que o exercício da potência de ação “[...] é primeiro e irreduzível, mesmo nos trabalhos mais taylorizados” e ressalta a potência de ação inerente à atividade de trabalho. Uma proposição jamais será implantada tal qual foi esboçada porque nesse processo intervêm os meios de trabalho. As análises de Marx (1971) indicaram que o processo de trabalho implica três elementos que se interligam: a atividade, os meios de trabalho e os objetos de trabalho. Desse modo, falar da atividade

de trabalho, entendida por Marx como o próprio trabalho, implica trazer à cena o modo como este se efetua.

O que temos percebido em nossas pesquisas é que quando a atividade encontra-se constrangida por regulações, normas sem sentido, desqualificações de toda ordem o que vigora é o tédio e a desistência. Mesmo assim, se lançamos mão de uma análise micro-política da atividade que se processa nas escolas e no cotidiano de vida da população, nos deparamos com micro gestões, conforme falamos anteriormente apoiadas em Schwartz (1992), micro desvios que expressam a potência de ação do humano de variar. A pesquisa em curso em Cariacica teve como primeira etapa o mapeamento das lutas por escola por meio de entrevistas realizadas com seus protagonistas. Em um segundo momento, partimos para conhecer duas escolas situadas nas regiões de Nova Rosa da Penha e Padre Gabriel, configuradas como áreas de ocupação urbana. O processo de luta por escola se entrecruza às lutas por moradia, os embates por acesso ao transporte, aos serviços de saúde, de saneamento (água, esgoto, etc), eletricidade, cultura, lazer, etc. Nas entrevistas realizadas foi possível perceber que a infra-estrutura urbana dos bairros em que realizamos a pesquisa foi organizada a partir de intensos processos de reivindicação. Entretanto, tais ações são silenciadas e o que ganha destaque é a ação governamental. Percebe-se, também, a partir dos anos 90, um certo movimento de burocratização das lutas com a institucionalização de diversos canais de participação, tais como os conselhos participativos e as associações de moradores. A luta por escola incidiu, prioritariamente, na garantia ao acesso à escola e secundariamente nas condições em que este acesso se dá o que, por sua vez, interfere nas condições de permanência na escola. O que se pode observar é uma rede escolar sucateada tanto nos aspectos de infra-estrutura física, quanto nos aspectos políticos pedagógicos. Mas, ainda que o acesso à escola seja propagado como universalizado, o mesmo não está garantido para todos. Seja pelo processo desordenado de expansão da rede física escolar – em virtude de práticas clientelistas e populistas – seja porque o acesso à escola está estreitamente relacionado ao transporte urbano, seja pelo intenso processo de migração da população pelo território em busca de melhores condições de vida e trabalho. A continuidade dos estudos se vê ameaçada porque a população não dispõe de recursos financeiros para pagar transporte (não há passe livre no Estado do ES) ou porque houve mudança de residência e não há vaga na escola próxima à moradia. Mesmo com todas essas questões não registramos até o presente momento movimentos sociais organizados

discutindo de forma expressiva as condições de estudo e de trabalho docente em Cariacica. Frente a isso nos indagamos: então não há luta por escola?

O olhar minucioso da atividade cotidiana de vários docentes e da população nos levou para outras considerações. Em uma das escolas em que estamos realizando a pesquisa um casal construiu uma carteira para que os filhos pudessem estudar, uma vez que a escola não dispunha de vagas por falta de mobiliário para os alunos. Entendemos que este fato expressa, emblematicamente, a luta por escola em Cariacica. Ao mesmo tempo, vários outros expedientes são criados pela própria população ou pelos profissionais da escola para que os alunos não desistam de permanecer neste espaço. A carona no ônibus para os professores é um destes expedientes, pois reduz o percurso que esse profissional faria a pé ou até mesmo diminui o gasto financeiro com o transporte, fazendo com que o professor decida por permanecer na escola.

Um dos desafios cotidianos é desmontar e enfrentar as políticas de desistência que permeiam o cotidiano escolar e que se traduzem em preconceitos de toda ordem, na burocratização do trabalho escolar, na solidão dos profissionais para lidar com os problemas cotidianos que emergem nas escolas, no restrito apoio às ações de formação dos profissionais, no fechamento das escolas à participação dos pais, dentre outras tantas questões que demarcam a variabilidade e a imprevisibilidade do trabalho na e da escola. Mas se muitos ainda apostam na luta por escola isso pode ser tomado como indício da potência de ação que constitui o humano.

CONCLUSÃO

As lutas por uma escola de qualidade constituem, do nosso ponto de vista, movimentos de produção de saúde, uma vez que está em jogo não apenas a existência física deste estabelecimento, mas o modo como o processo de formação se desenrola neste espaço, as condições e a organização do trabalho que podem potencializar as movimentações dos humanos nesses espaços, privilegiando práticas inventivas. A luta por escola se processa tanto por meio de ações organizadas, quanto por movimentações que se engendram em seu cotidiano possibilitando reinventar a escola, o trabalho e a vida. Captar essas movimentações, em meio à complexidade que demarca a escola na atualidade, exige a criação e o uso de ferramentas que permitam desestabilizar processos instituídos produtores de fatalismo e aprisionamentos de toda ordem. Nesse sentido é que o conceito de atividade tem nos servido como ferramenta que permite apreender a capacidade do humano de instituir novas normas, de fabricar

experimentações muitas das vezes invisibilizadas no âmbito da escola e da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES DE BARROS, R.; PASSOS, E. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 1, p.71-79, 2000.
- CANGUILHEM, G. Meios e normas do homem no trabalho. **Proposições**, v. 12, n. 2-3, p. 109-121, 2001.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CANGUILHEM, G. **La connaissance da la vie**. Paris: Librairie Philosophique. 1971
- CASTEL, M. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, L. E. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997. p. 39-45
- DELEUZE, G. Os intercessores. In: _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- MARX, K. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Livro 1, v. 1.
- MUNIZ, H., VIDAL, M. VIEIRA, S. Os ingredientes da competência na gestão da assistência em uma enfermagem hospitalar. In: ALVAREZ, D.; ATHAYDE, M.; BRITO, J.; FIGUEIREDO, M. (Org.). **Labirintos do trabalho**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- NEVES, C. A. B. **Interferir entre desejo e capital**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octarés Edition, 2000.
- SCHWARTZ, Y. **Travail et philosophie: convocations mutuelles**. Toulouse: Octares, 1992.

SPINOZA, B. **Éthique**. Paris: Flammarion, 1965.

ZARIFIAN, P. Travail, événement et rapports sociaux. In: _____. **Le travail et l'événement**.. Paris, L'Harmattan, 1995.

ZARIFIAN, Philippe. **À quoi sert le travail**. Paris: La dispute/Snédit, 2003.